

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Capelli em almoço na Casa Correio da Manhã

## Capelli sobre anistia: Brasil não pode repetir erros

Durante o período em que foi interventor na área de segurança do Distrito Federal, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, por mais de uma vez perguntou aos policiais militares por que razão eles não foram capazes de conter a turba que invadiu as sedes da República no dia 8 de janeiro. “Vocês já controlaram manifes-

tações de 20 mil, 30 mil pessoas. Por que naquele dia não conseguiram conter entre 4 e 5 mil?”, questionou. A primeira razão é a admissão de que, de propósito pelos comandantes ou não, não houve coordenação. Mas a segunda razão, repetida várias vezes, é de que havia muita gente muito bem treinada infiltrada, sabendo muito bem o que estava fazendo.

## Não espontâneo

Essa informação demole, considera Capelli, qualquer sustentação de que as invasões teriam sido uma eventual descontrolado espontâneo. Ainda que parte ali tenha sido massa de manobra, o plano teria sido, sim, invadir e ocupar os prédios da República para criar uma situação.

## Sem anistia

Assim, com a autoridade de quem comandou todo o processo após a invasão, Capelli rebate a ideia de que fosse algo justo propor uma anistia, ainda que restrita àqueles que naquele dia não depredaram órgãos públicos nem cometeram atos de violência.

Jose Cruz/Agência Brasil



Havia profissionais infiltrados conduzindo as invasões

## STF celebrou 102 acordos para reduzir penas mais leves

Capelli lembra que, ao contrário do que muitos dizem, o Supremo Tribunal Federal celebrou 102 acordos de perseguição para reduzir penas de quem cometeu no dia 8 de janeiro delitos mais leves. E ofereceu a vários também a possibilidade de acordo, e muitos não aceitaram. Mas, para além disso, Ricardo Capelli con-

sidera que o Brasil perderá uma imensa chance de virar uma página da história caso repita os mesmos erros do passado de perdoar atos como o que se tentou no Brasil. “Mais de uma vez perdamos no Brasil tentativas de golpe para que os mesmos atos viessem a ser os protagonistas da tentativa de golpe seguinte”, disse.

## JK

Defensor da ideia de uma anistia restrita, como registrou a coluna na segunda-feira (25), o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) citou como exemplo o que fez Juscelino Kubitschek com os que tentaram impedir sua posse e demovê-lo do poder.

## Argentina

Por conta de acertos semelhantes no passado, o Brasil acabou não fazendo o que fez, por exemplo, a Argentina. Exibido esta semana na televisão, o filme “Argentina, 1985”, sobre o julgamento do ex-presidente na ditadura militar Jorge Rafael Videla, mostra bem isso.

## 1964

Segundo Capelli, esse é o melhor exemplo do que a história mostra do que se deve fazer. Quatro anos depois, aqueles que foram perdoados por JK estavam à frente da trama que levou ao golpe militar de 1964. Ensaios de golpe dão errado até o momento em que dão certo.

## Chile

O mesmo houve no Chile. Enfim, uma tendência brasileira de fazer acordos, num estilo “O Leopardo”, de “é preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está”, faz com que muitas vezes nossa história não avance. Para Capelli, temos essa chance agora.

## CPMI do INSS começará ouvindo ex-presidentes

Senado vota urgência de PL da Adultização nesta quarta

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aprovou, nesta terça-feira (26), o plano de trabalho do relator, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL).

Na mesma sessão, os membros da comissão elegeram o deputado federal Duarte Júnior (PSB-MA) como vice-presidente do colegiado.

Eleito em votação simbólica, ele acompanhará a Mesa Diretora da CPMI com Alfredo Gaspar e o presidente da comissão mista do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Apesar de integrar um partido que integra a base governista, Duarte Júnior foi um dos parlamentares que assinou o requerimento que solicitara a abertura da CPMI e destacou que atuará de maneira independente ao governo na comissão.

“Nós estamos aqui para investigar e dar as respostas devidas, doa a quem doer. Não importa se quem cometeu o crime é da direita ou da esquerda, se cometeu crimes, cabe a nós investigar e garantir a punição”, reiterou o deputado em seu discurso na CPMI após ser eleito vice-presidente.

“Muitos desses crimes que são praticados, não só por meio das estruturas do INSS mas também por meio de instituições financeiras, são praticados por lacunas legislativas. E nos cabe apresentar uma regulamentação para proteger o con-



A cúpula da CPMI do INSS: Duarte Júnior, Carlos Viana e Alfredo Gaspar

sumidor”, disse o vice-presidente da CPMI.

“No INSS, temos a noção do valor que foi roubado. Mas e os empréstimos consignados? Que autoriza instituições financeiras descontar do consumidor sem ciência, sem anuência, valores que ultrapassam aquilo que nós conhecemos?”, questionou Duarte Júnior.

## Plano de Trabalho

Como já era previsto, o plano de trabalho da CPMI do INSS determina a convocação de todos os ex-presidentes do instituto, desde 2015.

São eles: Lindolfo Neto de Oliveira Sales (2012 a 2015), Elisete Berchiol da Silva Iwai (2015 e 2016), Leonardo de Melo Gadelha (2016 e 2017), Francisco Paulo Soares Lopes

(2017 a 2018), Edison Antônio Costa Britto Garcia (2018 a 2019), Renato Rodrigues Vieira (2019 e 2020), Leonardo José Rolim Guimarães (2020 e 2021), Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano (2022 e 2023), Glauco André Fonseca Wamburg (2023) – que foi presidente interino – e Alessandro Antonio Stefanuto (2023 a 2025).

## Senado

O plenário do Senado Federal votará, nesta quarta-feira (27), a urgência do projeto de lei que determina regras para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital (PL 2628/2022). Batizado de ECA Digital, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o projeto estabelece

regras para proteger e diminuir riscos de eventuais explorações de menores na internet. Dentre os principais pontos da medida está a proibição de publicidade direcionada ao público infantil (através de técnicas de perfilamento), a exigência de mecanismos mais eficientes de verificação de idade e a vedação de práticas digitais semelhantes a jogos de azar. O relator da medida será o senador Flávio Arns (PSB-PR).

“O futuro do Brasil depende de como cuidamos das novas gerações. Ao assumir essa responsabilidade, o Parlamento cumpre seu dever de proteger a segurança, a dignidade e as oportunidades de nossas crianças e adolescentes”, disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

## Haddad e Eduardo à frente para Senado em São Paulo

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A pouco mais de um ano das eleições de 2026, o cenário para o Senado em São Paulo começa a ganhar contornos mais definidos, com dois nomes despontando como favoritos entre os eleitores: o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

Os dados são de uma pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas divulgada nesta terça-feira (26), e indica que ambos — que possuem visões políticas distintas — lideram a disputa pelas duas vagas que estarão em jogo no estado.

No levantamento estimulado — em que os entrevistados escolhem seus candidatos a partir de uma lista pré-definida — Haddad aparece com 36,8% das intenções de voto, enquanto Eduardo registra 33,6%. A diferença entre os dois está dentro da margem de erro da pesquisa de 2,4 pontos percentuais (p.p) — para mais ou para menos —, configurando, portanto, um empate técnico. Ainda assim, ambos estão em uma faixa consideravelmente à frente dos demais postulantes: na terceira colocação, com 21,7%, aparece o secretário de Segurança Pública de SP, Guilherme Derrite (PP).

## Lista

A lista segue com nomes de trajetória diversa, como o deputado federal Ricardo Sal-



Haddad lidera as intenções de voto para o Senado

les (Novo-SP), ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, que soma 14,2%; o presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro e deputado federal Baleia Rossi, com 10,5%, e a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), com 7,5%. Outros pré-candidatos, como o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), e o ex-parlamentar Robson Tuma (Republicanos), aparecem com menos de 6% das intenções.

O estudo ainda traçou um segundo cenário, excluindo os dois líderes da corrida — Haddad, cotado também para o governo paulista, e Eduardo, que atualmente reside nos Estados Unidos, atuando em favor da imposição de sanções contra o Brasil e autoridades do país.

Nessa simulação alternativa, quem assume a dianteira é o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, Geraldo Alckmin (PSB), com 39,3% das intenções de voto. Em segundo lugar neste cenário, Derrite se mantém competitivo, com 23,2%. Salles aparece logo atrás, com 16,8%, enquanto o deputado federal e pastor Marco Feliciano (PL) marca 12,4%.

## Eduardo

Chama atenção o crescimento de Haddad em relação ao levantamento anterior, quando ele ocupava a segunda colocação, com 32,8%. Desta vez, o ministro do governo Lula avançou cerca de

quatro pontos, assumindo a liderança. Por outro lado, Eduardo sofreu leve recuo, de pouco mais de três pontos, cedendo o topo da lista — 36,7% em julho.

A licença de Eduardo expirou no dia 20 de julho, e o político acumula faltas enquanto busca alternativas para evitar o retorno ao Brasil, onde teme ser preso.

Caso o parlamentar acumule ausências não justificadas em mais de 1/3 das sessões ordinárias de uma sessão legislativa, a Secretaria-Geral da Mesa pode declarar a perda do mandato sem necessidade de votação em Plenário.

Já se a possibilidade de cassação pelo Conselho de Ética — por suposta conspiração contra o país — for efetivada, ele fica inelegível por oito anos e ficaria impedido de disputar os dois próximos pleitos.

Além disso, o parlamentar foi indiciado pela Polícia Federal por obstrução de investigações e tentativa de interferência no curso do julgamento da Ação Penal nº 2668 — que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 — marcado para iniciar no dia 2 de setembro, cujo o Jair Bolsonaro é um dos réus.

Caso a Procuradoria-Geral da República recomende o início da investigação, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceite o início do julgamento e supostamente o condene, a Lei da Ficha Limpa também determina o período de oito anos de inelegibilidade.